

Futuro Sustentável

Manual do Plano de Acção

Ordenamento do Território, Espaços Verdes e Áreas Naturais

Como participar?

Prazo para participação: 31 de Março de 2006

Promotor



Equipa técnica



CATÓLICA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
ESCOLA SUPERIOR DE BIOTECNOLOGIA



GRUPO DE
ESTUDOS
AMBIENTAIS



futuro sustentável
PLANO ESTRATÉGICO DE AMBIENTE DO GRANDE PORTO

1. Introdução

A fase mais importante do Futuro Sustentável é, sem dúvida, a do Plano de Acção. É através deste que serão desenvolvidas propostas concretas para as questões prioritárias identificadas – as quais, por sua vez, foram analisadas no Diagnóstico de Ambiente já divulgado e disponível em <http://www.futurosustentavel.org>.

Este Manual constitui, assim, um guia para auxiliar todos aqueles que pretendam participar activamente na elaboração do Plano de Acção.

1.1. Orientações estratégicas

As linhas estratégicas definidas para este tema são:

1. Concretizar os processos em curso de classificação de áreas protegidas (integradas na Rede Nacional) e aumentar as áreas com vegetação autóctone (como elementos potenciadores de biodiversidade e prevenção de incêndios), apostando na criação de corredores ecológicos
2. Valorizar os espaços agrícolas e florestais, reforçar a ruralidade e potenciar o seu valor ecológico, cultural, patrimonial e paisagístico, criar espaços de lazer e educação para a sustentabilidade, incorporando os territórios não construídos como elementos activos no planeamento
3. Promover boas práticas em termos de gestão florestal, aplicar o modelo ZIF (Zonas de Intervenção Florestal) como referência para a gestão sustentável dos espaços florestais e envolver os cidadãos, instituições e agentes locais em acções de defesa da floresta contra incêndios
4. No âmbito dos processos de revisão em curso dos PDM, conter as alterações ao uso do solo, integrar a estrutura ecológica regional proposta, reforçar os processos de participação pública e articular o planeamento ao nível regional
5. Incorporar critérios de sustentabilidade no planeamento urbano e na gestão dos espaços rurais, florestais e zonas verdes (promoção do urbanismo sustentável).

1.2. Plano de Acção

A realização do Plano de Acção irá identificar “projectos âncora” e “modelos de intervenção”. Os **projectos âncora** dizem respeito a corredores ecológicos e centros de ruralidade, a par da criação de áreas protegidas integradas na Rede Nacional, funcionando como projectos demonstrativos. Terão uma localização geográfica específica, de acordo com a avaliação de prioridades.

Os **modelos de intervenção** irão definir metodologias e recomendações para cumprir os restantes objectivos apresentados, funcionando como “manuais de boas práticas”. Serão de aplicação generalizada.

1.3. Instruções para participar

Para contribuir com sugestões e propostas concretas para o Plano de Acção deverá:

- Ler este documento, que explica detalhadamente os temas em análise e o tipo de informação que deve submeter, relacionada com a criação de **corredores ecológicos** e **“centros de ruralidade”**
- Preencher a ficha de participação e enviá-la juntamente com os elementos anexos necessários, **até 31 de Março de 2006**. Em caso de dúvida contacte-nos.

Escola Superior de Biotecnologia
Grupo de Estudos Ambientais
Rua Dr. António Bernardino de Almeida
4200-072 Porto
Tel.: 22 558 00 32 / Fax: 22 509 03 51
contacto@futurosustentavel.org

PARTICIPAÇÃO:

Tem a possibilidade única de influenciar os projectos que vão ser implementados na região nos próximos anos. Não perca esta oportunidade, antes que seja tarde.

O seu papel é propor áreas para a criação de “CORREDORES ECOLÓGICOS” e “CENTROS DE RURALIDADE”.

Se pretender poderá igualmente apresentar sugestões para os restantes objectivos.

2. Corredores ecológicos e áreas de vegetação natural

O Grande Porto estaria no passado ocupado essencialmente por bosques dominados por carvalhos, sobreiros, salgueiros e/ou amieiros, à excepção de alguns “biótopos particulares”, em que se incluem fundamentalmente os ambientes litorais e áreas rochosas.

O que hoje encontramos são fundamentalmente áreas urbanizadas, campos agrícolas e explorações silvícolas de espécies exóticas (pinheiro-bravo e eucalipto).

Os habitats naturais estão reduzidos a pequenas áreas geograficamente dispersas, num total de apenas 1,22% do território.

Esta acção tem como objectivo **criar corredores ecológicos** e áreas de vegetação natural enquanto elementos potenciadores da biodiversidade e da prevenção de incêndios. Uma das medidas-chave será a reflorestação com espécies autóctones.

A sua tarefa é ajudar-nos a identificar os locais prioritários.

2.1. Critérios da intervenção

As zonas de vegetação natural a recuperar e a criar deverão ser seleccionadas de acordo com os seguintes critérios:

- Importância em termos de conservação da natureza e protecção ambiental (fauna, flora, ar, água e solo), e articulação com outras intervenções como a recuperação de linhas de água
- Potencial para a prevenção de fogos florestais, nomeadamente localização em áreas de maior risco de incêndio (em especial interfaces entre espaços rurais e urbanos), bem como áreas de reabilitação de ecossistemas afectados por incêndios
- Potencial para promoção da utilização social dos espaços, com adequada harmonização das múltiplas funções desempenhadas, reforçando os aspectos paisagísticos, culturais e científicos e favorecendo as intervenções integradas com a criação de ciclovias, caminhos pedestres e espaços de lazer/educação ambiental
- Contexto favorável para o envolvimento dos proprietários e dos restantes agentes, entre os quais as Autarquias, Instituições de Ensino, Organizações Não Governamentais e Empresas
- Classificação compatível em termos de instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente no Plano Director Municipal, bem como a integração em áreas da Rede Natura 2000, Zonas de Intervenção Florestal, etc.
- Integração na proposta de Estrutura Ecológica Metropolitana e potencial para a criação de Corredores Ecológicos, com destaque para os espaços litorais, fluviais e de montanha.

2.2. Ficha de participação

Utilize esta ficha para nos fazer chegar as suas sugestões relativamente ao objectivo de **criação de corredores ecológicos e áreas de vegetação natural**.

Preencha-a com tanta informação quanto possível e anexe eventuais elementos. Todas as sugestões serão consideradas e terão uma resposta individual.

Nome			
Endereço			
Código postal		Concelho	
Correio electrónico			
Telefone / telemóvel			
Instituição e cargo (se aplicável)			
É parceiro local do projecto?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não, mas quero mais informações

Informação a fornecer para cada espaço proposto	
Designação do espaço	
Localização (Concelho/Freguesia)	
Área aproximada (indicar unidades)	Se possível incluir elementos cartográficos
Características ecológicas (estado da vegetação, valor ambiental...)	

<p>Proprietários e utilizadores (utilização dada ao espaço e aspectos sociais mais relevantes)</p>	
<p>Instrumentos de planeamento (classificação de acordo com Plano Director Municipal, Plano de Ordenamento da Orla Costeira, Rede Natura...)</p>	
<p>Conflitos (conflitos existentes ou que poderão surgir com a intervenção)</p>	
<p>Incêndios florestais (informação sobre ocorrências verificadas nos últimos anos e riscos existentes)</p>	
<p>Potencialidades identificadas (em termos ambientais, económicos e sociais)</p>	
<p>Parceiros potenciais</p>	
<p>Outras informações</p>	

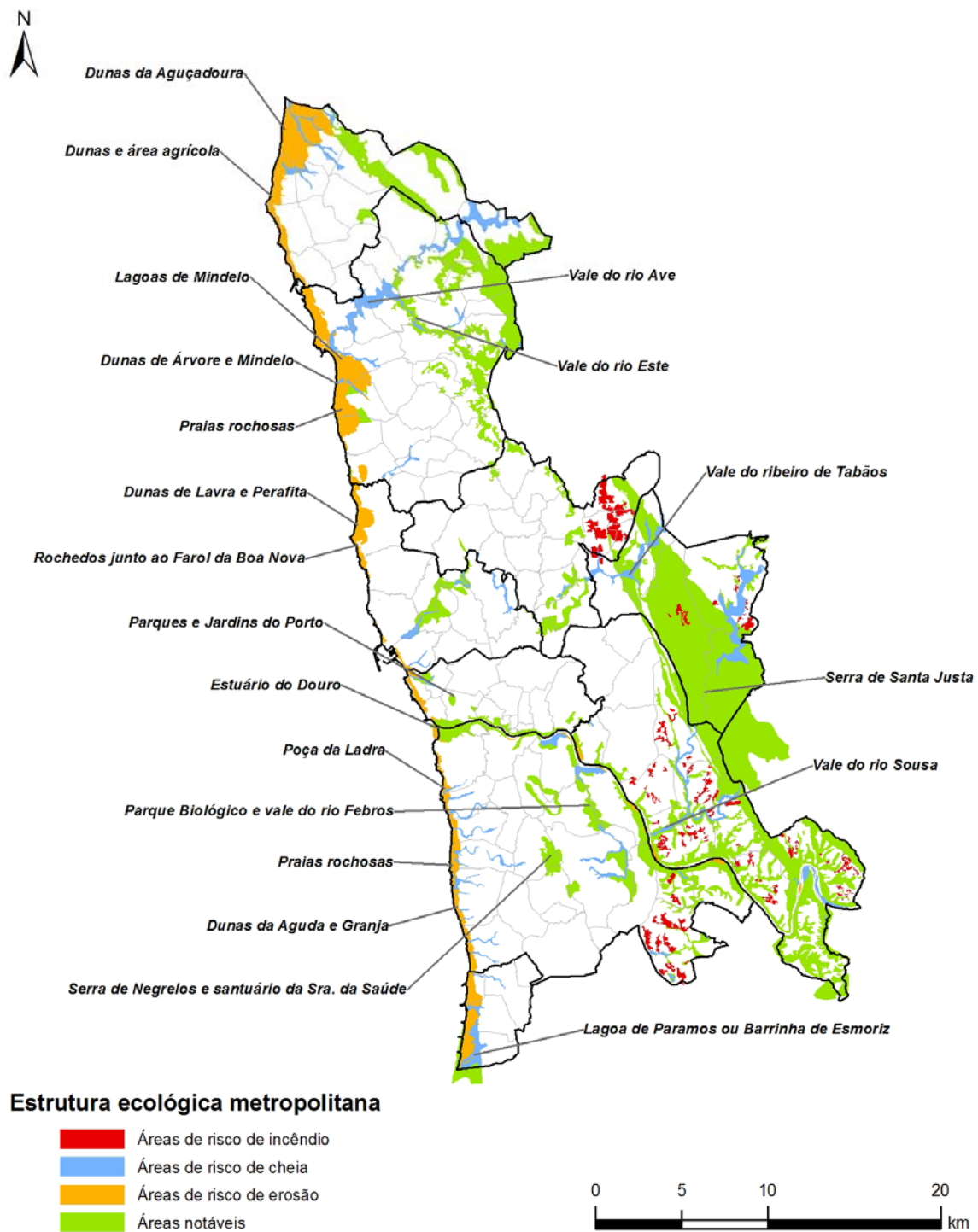


Figura 1 – As áreas fundamentais a proteger

Fonte: Proposta de Estrutura Ecológica Fundamental para a Área Metropolitana do Porto
CCDR-N/CIBIO (2004)

3. Centros de Ruralidade

O **Espaço Rural** deve ser valorizado no contexto metropolitano tendo em conta a importância fundamental que desempenha para:

- O suporte de sistemas fundamentais (água, ar, solo, fauna e flora)
- A qualidade da paisagem
- A manutenção de um sistema produtivo viável
- A coesão do tecido social
- A defesa do património cultural.

O espaço rural é essencial para a manutenção da **biodiversidade**, entendendo-se o seu interesse numa perspectiva de património genético da humanidade e de manutenção do funcionamento dos ecossistemas.

O espaço rural pode ainda ser o suporte para actividades associadas ao turismo rural (hotelaria/restauração/recreio) e à educação ambiental. Está ainda associado a um estilo de vida com procura crescente por parte dos habitantes da “cidade”.

A criação de “**centros de ruralidade**” tem como objectivo fundamental valorizar os territórios não urbanos – agrícolas, florestais e naturais – enquanto possuidores de qualidades e potencialidades próprias (biofísicas, culturais, paisagísticas, produtivas, científicas, recreativas, educativas, etc.). Deverá permitir incorporar áreas não urbanizáveis, nomeadamente de Reserva Ecológica e Agrícola Nacionais, como elementos activos no planeamento. A Estrutura Ecológica Metropolitana / Municipal deverá funcionar como elemento aglutinador e potenciador destas novas funções.

Deverá ser promovida a agricultura associada à floresta e à pastorícia, bem como a agricultura associada ao espaço urbano. Os projectos deverão assegurar a melhoria do rendimento global dos agricultores, produtores e utilizadores dos sistemas florestais, como forma de viabilizar a gestão florestal activa.

Ao contrariar o “abandono” dos espaços rurais e promover a sua dinamização, será possível inverter as tendências negativas que estão associadas à deflagração e propagação de muitos dos incêndios florestais que ocorrem no Grande Porto, conforme referido no Diagnóstico Ambiental. Os Centros poderão ainda constituir contextos de envolvimento das comunidades, instituições e actores locais em iniciativas de defesa da floresta contra incêndios.

Em **síntese**, pretendemos desenvolver projectos que promovam os núcleos rurais através da recuperação do património construído e cultural (ex. criação de ecomuseus), dinamização da agricultura (ex. projectos de agricultura biológica e criação de laços entre consumidores e produtores, estilo “Community Supported Agriculture”), projectos abertos à participação dos cidadãos (ex. “hortas pedagógicas”), espaços de lazer (ex. parques de merendas), centros de educação ambiental (ex. “quintas pedagógicas”), turismo rural e eco-turismo (ex. redes de percursos pedestres e ciclovias).

3.1. Critérios da intervenção

A selecção das áreas a promover como “centros de ruralidade” deverá considerar os seguintes critérios:

- Dinamismo da actividade agrícola
- Existência de um património construído significativo (quintas, moinhos...), associado a património cultural relevante
- Existência de infra-estruturas para acolhimento do público
- Importância em termos de conservação da natureza e protecção ambiental (fauna, flora, ar, água e solo), bem como a existência de valores paisagísticos relevantes
- Localização em áreas de risco elevado de incêndio
- Classificação compatível em termos de instrumentos de planeamento, nomeadamente a abrangência de território classificado como Solo Rural, Reserva Agrícola e Ecológica Nacionais, Estrutura Ecológica Metropolitana / Municipal. Note-se que os centros poderão igualmente incluir áreas urbanas ou urbanizáveis
- Potencial para promoção da utilização social dos espaços, com adequada harmonização das múltiplas funções desempenhadas
- Contexto favorável para o envolvimento de diferentes agentes locais, em especial agricultores e proprietários florestais

A sua tarefa é ajudar-nos a identificar os melhores locais para a criação destes espaços, a que chamamos “centros de ruralidade”.

3.2. Ficha de participação

Utilize esta ficha para nos fazer chegar as suas sugestões relativamente ao objectivo de **criação de centros de ruralidade**.

Preencha-a com tanta informação quanto possível e anexe eventuais elementos. Todas as sugestões serão consideradas e terão uma resposta individual.

Nome			
Endereço			
Código postal		Concelho	
Correio electrónico			
Telefone / telemóvel			
Instituição e cargo (se aplicável)			
É parceiro local do projecto?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não mas quero mais informações

Informação a fornecer para cada espaço proposto	
Designação do núcleo rural	
Localização (Concelho/Freguesia)	
Área aproximada (indicar unidades)	Se possível incluir elementos cartográficos
Actividades agrícolas (actuais e potenciais)	

<p>Património cultural e construído (incluindo estado de conservação)</p>	
<p>Gestão florestal</p>	
<p>Características ecológicas e paisagísticas (fauna, flora, água, solo...)</p>	
<p>Instrumentos de planeamento (classificação de acordo com Plano Director Municipal...)</p>	
<p>Conflitos (conflitos existentes ou que poderão surgir com a intervenção)</p>	
<p>Incêndios florestais (informação sobre ocorrências verificadas nos últimos anos e riscos existentes)</p>	

Potencialidades identificadas (em termos de lazer, turismo, educação...)	
Parceiros potenciais	
Outras informações	